
Editorial

João Pedro da Ponte

Os resultados dos exames do 12^o ano foram, mais uma vez, devastadores. O ensino da Matemática em Portugal, aparentemente, vai de mal a pior. Os meios de comunicação social, ávidos de sensacionalismo, transmitem a imagem de um fracasso total no ensino desta disciplina. Os políticos agitam-se, perplexos. Há quem peça o regresso aos velhos programas e aos velhos métodos. É natural perguntar: o que têm a dizer, sobre isto, os investigadores?

A crítica ao currículo e aos métodos de ensino tradicionais constituiu, durante muito tempo, um dos temas principais dos educadores matemáticos portugueses, dando origem a propostas como a resolução de problemas, o uso de tecnologia, a valorização das aplicações e da história da Matemática, o trabalho de grupo, a ênfase no papel do aluno na aprendizagem, etc. Estas propostas acabaram por ter um amplo acolhimento junto dos programas oficiais aprovados em 1991.

A entrada em vigor destes programas encerrou um ciclo no ensino da Matemática em Portugal mas inaugurou um outro muito mais complexo, colocando novos desafios tanto aos professores como aos investigadores. Uma primeira ordem de questões prende-se com a avaliação destes programas e com a definição das condições para a sua efectiva concretização. Na verdade, a experimentação dos programas revelou que eles continham muitos aspectos problemáticos nos seus conteúdos, métodos, extensão e organização. Em que medida os programas estão a ser seguidos nas escolas? Quais são as maiores dificuldades que os professores sentem para os concretizar? Que condições são necessárias para a sua boa aplicação? Em que aspectos podem ser melhorados?

Uma segunda ordem de questões prende-se com a avaliação dos alunos. Sabe-se bem como o sistema de avaliação condiciona de modo decisivo o processo de aprendizagem. Não restam dúvidas que os resultados do ensino têm que ser avaliados por um ou outro meio — é preciso saber se os alunos aprenderam, de facto, alguma coisa. Mas em que medida os exames constituem um instrumento de avaliação adequado? O tipo de exames que tem sido utilizado em provas de âmbito nacional não será muito selectivo? Será capaz de valorizar as competências do “aluno médio”,

a quem deve ser estimulada a frequência de um curso superior? Não há um predomínio exagerado dos testes e exames em todo o sistema de avaliação? Que alternativas credíveis se podem propor? Enfim, a avaliação permanece como um ponto muito problemático das práticas profissionais, continuando-se a ouvir muitas perguntas e a sentir existirem poucas respostas concretas.

As novas orientações curriculares não podem ser responsabilizadas pelo descalabro nos exames de acesso à universidade nos últimos anos, até porque só em 1996 a grande maioria dos alunos da Reforma completou o 12º ano. Mas estas orientações, que se baseiam sobretudo na experiência do movimento internacional de Educação Matemática, correm o risco de ficar seriamente em cheque no nosso país se os educadores matemáticos não se mostrarem mais intervenientes na sua defesa. E para que isso aconteça será necessário que a investigação dê mais atenção aos problemas da avaliação curricular, ao estudo das condições da concretização dos programas e às questões respeitantes ao sistema de avaliação dos alunos, construindo indicadores válidos que evidenciam o resultado das aprendizagens e sejam compreensíveis para a opinião pública.

João Pedro da Ponte, Dep. de Educação da Faculdade de Ciências de Lisboa, R. Ernesto Vasconcelos, C1, 3º, 1700 LISBOA. Endereço electrónico: ejp@cc.fc.ul.pt.